



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

\_\_\_\_\_  
Chefes de Gabinete  
Secretário-Geral da PGR  
Diretores Regionais e equiparados  
Inspetores Regionais  
Institutos Públicos  
\_\_\_\_\_

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Circular/DROAP/2018/7

Data  
2018-02-12

**ASSUNTO: FALTAS POR DOENÇA – FÉRIAS – REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL  
CONVERGENTE**

*hant*

Considerando que, por força do disposto no ponto 6 da Circular/DROAP/2014/62, de 02-12, é aplicável o regime da suspensão do contrato em matéria de férias às situações de faltas por doença dos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente (considerando-se como tal os titulares de relação jurídica de emprego público, independentemente da modalidade de vinculação, constituída até 31 de dezembro de 2005 e não enquadrados no regime geral de segurança social, conforme resulta da conjugação das normas constantes do artigo 2º do Decreto-Lei nº 89/2009, de 09-04, e do artigo 11º e alínea b) do artigo 7º da Lei nº 4/2009, de 29-01), que ocorreram a partir de 01 de janeiro de 2013;

Considerando a comunicação efetuada, por esta Direção Regional, à data de 18 de janeiro de 2018, na sequência do despacho homologatório do Senhor Vice-Presidente, no sentido de que sempre que ocorra uma situação de ausência ao serviço, ainda que por período superior a trinta dias, de trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente, por motivo de doença, “o direito a férias dos trabalhadores não fica prejudicado mantendo-se e vencendo-se aquele direito nos termos da lei”;

Considerando a desejável uniformização de procedimentos na interpretação e aplicação da lei por parte de todos os serviços e organismos da administração regional, obtida a homologação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, esclareço o seguinte:

Na resposta mencionada, sempre, o nosso nº Circular/DROAP/2018/7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

1. As faltas dadas ao serviço por motivo de doença, de trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente, ainda que por período superior a trinta dias, não determinam quaisquer efeitos sobre o direito a férias.
2. Os trabalhadores que, até 18 de janeiro de 2018 – data da comunicação supra referida –, se encontravam com o contrato suspenso, têm direito, a partir dessa data, a dois dias úteis de férias por cada mês de serviço prestado até final do ano, vencendo-se o direito a férias, normalmente, a partir do próximo ano.
3. É revogado o ponto 6 da Circular/DROAP/2014/62, de 02-12.

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos